



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
CNPJ 37.465.002/0001-66

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 062/2013
DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aprovado em sessão 02/12/2013
Por unanimidade votos favoráveis

Presidente

Altera a Lei Municipal N.º 218, de 21 de março de 2001, que cria o novo Conselho de Alimentação Escolar do município de Querência e dá outras providências.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os incisos II, III, IV e V do art. 3º e art. 6º da Lei Municipal n.º 218/2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

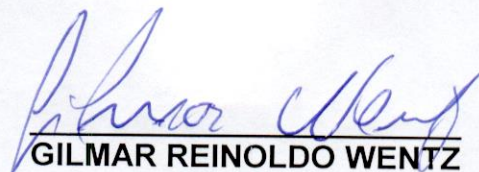
“Art. 3º. (...)

- I- (...)
- II- Dois representantes dos professores e alunos;
- III- Dois representantes de pais de alunos;
- IV- Dois representantes de Entidades Civis Organizadas
- V- Suprimido

Art. 6º. Os membros do CAE terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação de seus respectivos segmentos.”

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, e em especial a Lei Municipal nº. 570 de 02 de fevereiro de 2010.

Gabinete do Prefeito, em 06 de novembro de 2013.


GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
CNPJ 37.465.002/0001-66

Querência – MT, 06 de novembro de 2013.

MENSAGEM AO LEGISLATIVO
PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 062/2013

Assunto: Altera a Lei Municipal N.º 218, de 21 de março de 2001, que cria o novo Conselho de Alimentação Escolar do município de Querência e dá outras providências.

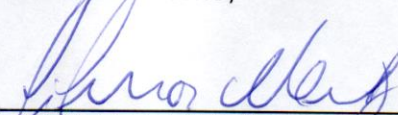
Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Vereadores,

Encaminhamos para apreciação dessa Colenda Casa o Projeto de Lei supra citado, que tem como objetivo atualização da Lei Municipal nº. 218/2001, em conformidade com a lei Federal nº. 11.947 de 16 de junho de 2009.

Desta feita, aguardamos a apreciação desta Casa, em caráter de urgência, com manifestação favorável dessa edilidade para aprovação da matéria proposta, reiterando nossos protestos da mais elevada estima e respeito.

Atenciosamente,


GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
CGC 37 465 002/0001-66
AV. AB, S/N QUADRA 01 LOTE 09- SETOR C - FAX:(065)529 1219
FONE: (065) 529 1118/1218 - CEP 78.643.000 - Q U E R Ê N C I A MT

LEI MUNICIPAL Nº 218/2001.

DE 21 DE MARÇO DE 2001.

**Cria o Novo Conselho de Alimentação Escolar
do Município de Querência e dá outras providências.**

DENIR PERIN, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Novo Conselho de Alimentação Escolar - CAE, órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, para atuar nas questões referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Artigo 2º Compete ao Novo Conselho de Alimentação Escolar - CAE:

I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar);

II - elaborar o novo Regimento Interno do CAE (Conselho de Alimentação Escolar);

III - Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a sua aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

IV - receber e analisar a prestação de contas do PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar) enviada pela EE (Entidade Executora) e remeter ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), com parecer conclusivo, apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira de que trata a Medida provisória nº 1.979-19, de 02 de junho de 2.000;

V - orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios nos depósitos e/ou escolas;

VI - comunicar à EE (Entidade Executora) a ocorrência de irregularidade com os gêneros alimentícios (tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvio e furtos) para que sejam tomadas as devidas providências;

VII - apreciar e votar, anualmente, o Plano de Ação do PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar) a ser apresentado pela EE (Entidade Executora);

VIII - divulgar em locais públicos os recursos financeiros do PNDE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) transferidos à EE (Entidade Executora);

IX - apresentar relatório de atividade ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), quando solicitado;

X - Comunicar ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) o descumprimento das disposições previstas nos parágrafos e caput do art. 6º desta resolução.

Artigo 3º - O Conselho de alimentação Escolar - CAE - terá a seguinte
composição:

I - Um representante do Poder Executivo

II - Um representante do Poder Legislativo

III - Dois representantes dos Professores,

IV - Dois representantes de pais e alunos

V - Um representante de outro segmento da Sociedade Civil.



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
CGC 37 465 002/0001-66
AV. AB, S/N QUADRA 01 LOTE 09 SETOR C - FAX:(065)529 1219
FONE: (065) 529 1118/1218 - CEP 78.643.000 - Q U E R Ê N C I A MT

§ 1º - Cada membro titular terá um suplente da mesma categoria representada.

§ 2º - Os representantes de Órgãos de Administração Pública Municipal serão de livre escolha e seus dirigentes.

§ 3º - A indicação de representantes de outras esferas de Governo caberá ao respectivo dirigente de cada Órgão representado.

§ 4º - A indicação de representantes da sociedade Civil é privativa das respectivas bases, entidades ou segmentos sociais.

§ 5º - O presidente do CAE será definido em reunião prévia ao ato de nomeação de seus membros.

§ 6º - A nomeação dos membros do CAE será formalizada por ato do Executivo Municipal.

Artigo 4º - O exercício do mandato de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado.

Artigo 5º - Os Conselheiros que faltarem, sem justificativa a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 reuniões intercaladas serão excluídos do CAE e substituídos pelos respectivos suplentes.

Artigo 6º - Os membros do CAE terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução pelo menos uma vez.

Artigo 7º - O CAE reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente na forma que dispuser seu Regimento Interno.

§ 1º - Todas as reuniões do CAE serão publicadas e precedidas de ampla divulgação.

§ 2º - As resoluções do CAE serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Artigo 8º - O Regimento Interno do CAE será elaborado pelos seus membros, no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

Artigo 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se a Lei Municipal nº 088/95 e a Lei Municipal nº 199/2000.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Março de 2001.


DEMIR PERIN
Prefeito Municipal



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
CNPJ 37.465.002/0001-66

LEI MUNICIPAL N. 570/2010
DE 02 DE FEVEREIRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO INCISO II, DO ARTIGO 3º, DA LEI MUNICIPAL N. 218/2001, QUE CRIA O NOVO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Art. 1º - Fica alterada a redação do inciso II, do artigo 3º da Lei Municipal n. 218/2001 de 21 de março de 2001, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - ...

I - ...

II - Um representante da Sociedade Civil;

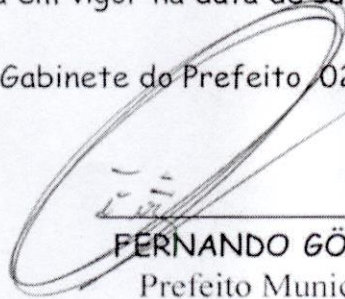
III - ...

IV - ...

V - ...

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Fevereiro de 2010.


FERNANDO GÖRGEN
Prefeito Municipal



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
CGC 03 892 042/0001-72

I

PARECER Nº 062/ 2013

Aprovado em sessão 02/12/2013
Por unanimidade votos favoráveis
Presidente

Da Comissão Permanente
Constituição, Justiça e Redação do
Projeto de Lei Nº 62/2013 que
dispõe sobre Alteração da Lei
218/201

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Executivo Municipal, que busca a alteração da composição do Conselho de Alimentação Escolar em atendimento a Resolução 27/2013 do FNDE.

II – ANÁLISE DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Em análise ao referido projeto verificamos que o mesmo encontra guarida na legislação, pois compete ao município adequar as normas atinentes aos conselhos de alimentação escolar.

No tocante ao processo legislativo, o mesmo foi respeitado e encontra-se apto a ser apreciado pelo plenário.

III – VOTO

Em face do exposto entendemos que o Projeto encontra-se amparado de legalidade. De modo que manifestamo-nos favoráveis a sua aprovação.

Sala de Comissão, 28 de novembro de 2013.


COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
Relator